



PLANO DE LUTAS DO XI CONGRESSO ESTADUAL DA FETAMCE

Conectando Lutas: Serviços Públicos, Direitos e Valorização na Era Digital

Este plano de lutas foi estruturado considerando a realidade de **2026**, marcada pelo calendário eleitoral, pelas pressões da reforma administrativa e pela necessidade de interiorização das políticas públicas no Ceará. Considerando que 2026 é um ano de transição e grandes debates sobre o papel do Estado, aqui estão propostas concretas divididas por dimensões de atuação:

Eixo 1 - Fortalecimento da Democracia e Políticas Públicas:

1. **FAZER** disputa ideológica com a classe trabalhadora para derrotar a extrema-direita e o conservadorismo no Brasil, Na América Latina e no mundo;
2. **PROMOVER** a erradicação da fome, combater a carestia e garantir a segurança alimentar.
3. **REVISAR** a política de preços de produtos essenciais, como alimentos, combustíveis, gás de cozinha, energia elétrica e medicamentos;
4. **CONSCIENTIZAR** a população da importância e defesa do meio ambiente em virtude das crises climáticas, que afetam o modo de vida da classe trabalhadora e coloca em questão a própria experiência humana;
5. **LUTAR** contra a contaminação por agrotóxicos e sua indiscriminada liberação e uso no Ceará, assim como defender a soberania e segurança alimentar;
6. **DEFENDER** o protagonismo do Estado (seja nas esferas nacional, estadual e municipal) como agente indutor do desenvolvimento econômico e social;
7. **DEFENDER** de forma incondicional o SUS público, estatal, universal, de qualidade e sob a gestão direta do Estado; contra todas as formas de privatização e precarização da saúde; pela revogação das leis que deram origem às Organizações Sociais
8. **ORGANIZAR** a Marcha em Defesa dos Serviços Públicos e dos Servidores;



9. **APRESENTAR** a pauta da classe trabalhadora, nos períodos eleitorais, na Plataforma eleitoral da FETAMCE para as eleições, possibilitando debates relacionados ao papel do parlamento e os espaços de poder com maior articulação, mobilização e solidariedade entre os sindicatos filiados que contemplem os temas: trabalho, saúde, meio ambiente, educação, incluindo a educação do campo e indígena, democracia, desenvolvimento regional e fortalecimento da agricultura familiar, regularização fundiária e política energética;
10. **DEFENDER** a Saúde Pública e a revogação da Lei das Organizações Sociais (Os);
11. **APOIAR** e protagonizar a luta contra a reforma da previdência nos municípios do Ceará;
12. **ORGANIZAR** a luta contra a reforma administrativa, o desmonte das carreiras do funcionalismo e a privatização de serviços essenciais;
13. **RESISTIR** às tentativas de retirada de direitos e de dar fim aos concursos públicos para entregar esses serviços para empresas privadas;
14. **APOIAR** a luta nacional pela regulamentação da Convenção 151 da OIT e fazer valer o Direito à Negociação Coletiva;
15. **INSTITUIR** políticas públicas de Cuidados;
16. **INCLUIR** as cláusulas de gênero nas mesas de negociações e promover ações para ampliar a presença das mulheres nesses espaços;
17. **INVESTIR** na formação e organização sindical e no acompanhamento e assessoria dos processos de negociação coletiva, para que estas incorporem as demandas apresentadas pelas mulheres;
18. **PROPOR** uma política de enfrentamento contra o assédio moral e sexual no movimento sindical;
19. **PROMOVER** Campanhas de Assédio Moral nos Ambientes de Trabalho;
20. **CONSTITUIR** Auditoria cidadã nos fundos de Previdência Própria (RPPS municipal para garantir a sustentabilidade e impedir o uso dos recursos para tapar buracos de caixa das prefeituras;
21. **EXIGIR** que a Transição Energética fortaleça as políticas públicas considerando as bandeiras da classe trabalhadora. O debate sobre o "Hidrogênio Verde" no Ceará impacta os municípios (especialmente no litoral e Complexo do Pecém), exigindo serviços públicos qualificados para lidar com o novo fluxo migratório e demandas ambientais. Não há ambiente protegido sem serviços públicos que atenda a população;

Eixo 2 - Orçamento, Finanças Públicas e Controle Social:



22. **SUGERIR** uma Política de Reposição Automática: Instituir gatilhos salariais anuais baseados no IPCA, garantindo que a negociação coletiva foque no ganho real e na produtividade social, e não apenas na recuperação de perdas inflacionárias;
23. **CONSTRUIR** Campanha "Concurso é Regra": Pressão direta sobre o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) para fiscalizar e coibir o excesso de contratos temporários e as "seleções simplificadas" que substituem cargos que deveriam ser efetivos;
24. **BARRAR** a Terceirização via Os e OSCIPs: Propor cláusulas de barreira nos planos de governos municipais que limitem a entrega da gestão de equipamentos públicos (hospitais, UPAs, escolas) à iniciativa privada;
25. **PROPOR** que os sindicatos municipais tenham assento garantido nas audiências de elaboração da LDO, assegurando que a previsão de reajustes e concursos não seja suprimida por contingenciamentos arbitrários;
26. **MOBILIZAR** sistemática a cada ciclo de PPA (como o de 2028-2031) para garantir que as demandas dos servidores estejam previstas no orçamento de longo prazo;
27. **SUPERAR** a Crise do Custo de Vida com ganho real de salários. A inflação global de alimentos e energia continua pressionando o poder de compra. No Ceará, isso se reflete na necessidade urgente de reajustes que superem a inflação acumulada;
28. **LUTAR** pelo Fim do "Cabide" de Terceirização com meta de redução gradual (até 2030) de 50% dos contratos temporários e cargos comissionados puramente políticos, substituindo-os por servidores de carreira em áreas estratégicas (planejamento, fiscalização e gestão);
29. **CONSTITUIR** um Controle Social da Digitalização em que a implementação de softwares e sistemas de inteligência artificial nos municípios passe pela aprovação de conselhos de servidores, garantindo que a tecnologia auxilie o trabalhador em vez de vigiá-lo ou substituí-lo;
30. **INCENTIVAR** a participação das dirigentes nos Conselhos de Políticas Públicas;
31. **OCUPAR** os espaços dos Conselhos de Políticas Públicas e Controle Social;

Eixo 3 - Direitos e Valorização:

32. **LUTAR** pela instituição de um Plano de Cargos, Carreiras, e Salários específicos do SUS para os trabalhadores municipais da saúde, assim como as categorias que não possuem respectivos planos;
33. **REALIZAR** Campanha "**Defenda quem te Atende**": Mostrar à população que a valorização do servidor (estabilidade e salário) é a garantia de um atendimento sem influência política ou apadrinhamento;
34. **CRIAR** Protocolo de Saúde Mental: Criação de centros de referência em saúde do trabalhador público (CEREST Municipais) focados em síndrome de burnout e ansiedade em todos os trabalhadores do serviço público municipal, com foco especial em profissionais da educação;



35. **REDUZIR** a Jornada sem Redução Salarial: Iniciar o debate e projetos-piloto nos municípios cearenses para a jornada de 30 horas semanais (ou 4 dias), focando no aumento da eficiência e na redução do adoecimento mental, que é a maior causa de afastamentos hoje;
36. **LUTAR** pela garantia da insalubridade grau máximo de 40% para os profissionais da Saúde garis, educação e outros;
37. **GARANTIR** o reconhecimento do vínculo de emprego de trabalhos mediados por aplicativos, promovendo o acesso à previdência social, ao controle da jornada de trabalho, à promoção da saúde e segurança, ao pagamento de piso salarial e ao direito à organização sindical;
38. **Realizar** Concursos Públicos. O que sinaliza uma tentativa de oxigenação, pois muitos municípios cearenses ainda sofrem com a carência de pessoal e a precarização via contratos temporários;
39. **GARANTIR** um PCCS Transversal e Moderno: Lutar pela atualização dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) em todos os municípios, prevendo a interoperabilidade de cargos. O foco deve ser garantir que a evolução funcional não dependa apenas do tempo de serviço, mas de qualificações que dialoguem com as novas demandas sociais;
40. **REIVINDICAR** um *Piso para Além da Educação e Saúde*: Expandir a luta por pisos salariais para categorias "invisibilizadas" do serviço público municipal, como assistentes sociais, psicólogos e técnicos administrativos. A luta por pisos no serviço municipal é uma bandeira de luta fundamental para a Fetamce;

Eixo 4 - Direitos Digitais e Igualdade de oportunidades:

41. **REFORMULAR** os Estatutos do/as Servidores/ras no Século XXI. Revisão dos estatutos municipais para incluir cláusulas de proteção contra o assédio moral institucional e diretrizes para o **trabalho remoto** (teletrabalho), garantindo o direito à desconexão e o fornecimento de infraestrutura pela prefeitura. Essa revisão entende-se lutar para garantir e ampliar direitos;
42. **PREPARAR** o/a servidor/a garantir que "digitalização" não signifique redução de postos de trabalho ou desumanização do atendimento;
43. **REPARAR** o funcionalismo para as transformações do mundo do trabalho e para a consolidação de um modelo de Estado mais resiliente no Ceará;
44. **FORMAR** as/os dirigentes sindicais para que possam compreender que os lugares sociais de classe, raça e gênero. Em um momento de grave crise social, de crescimento da violência racial, contra as mulheres e LGBTQIA+ essas diferenças extravasam e explodem na forma de conflito e luta social. A questão racial e do machismo não são mais os debates setoriais e fazem parte do centro da agenda do sindicalismo que se identifica com os verdadeiros anseios de sua base por igualdade, liberdade e democracia;



45. **LUTAR** por uma educação não sexista, racista e lesbofóbica;
46. **INCLUIR** o tema raça e gênero como uma das dimensões estruturantes das desigualdades nos processos de educação;
47. **LUTAR** para o servidor não ser substituído pela IA. Até 2030, a interface do servidor com a IA será total. O plano deve garantir que isso não gere exclusão. Este plano busca transformar o servidor municipal cearense de um "executor de tarefas" em **um gestor social estratégico**, essencial para o desenvolvimento do estado até o final da década. Impedir que a tecnologia seja usada como ferramenta de controle ou substituição da classe;
48. **CONSTITUIR** um Observatório da Tecnologia no Serviço Público. Criar um comitê sindical para monitorar a implementação de Inteligência Artificial nos serviços municipais, garantindo que a tecnologia sirva para auxiliar o servidor e não para precarizar funções;
49. **CRIAR** um programa de Alfabetização Tecnológica como Direito. Garantir que o servidor tenha 10% da sua carga horária anual dedicada à formação em novas ferramentas digitais e IA, custeada pelo município;
50. **REGULAMENTAR** as normas do Teletrabalho com normas que garantam auxílio-estrutura (internet, energia e equipamentos) para quem atua em regime remoto ou híbrido, assegurando a paridade de direitos com quem atua presencialmente;
51. **CONSTRUIR** Auditoria Algorítmica com Participação sindical no desenho dos softwares de gestão pública para impedir que a automação substitua o discernimento humano e a estabilidade do servidor;
52. **ELABORAR** Programa "**Mente Sã, Serviço Público Forte**": Implementação de Centros de Atenção Psicossocial exclusivos para o/a servidor/a municipal, com foco na prevenção da Síndrome de Burnout;
53. **LUTAR** pelo **Direito à Desconexão**: Regulamentação rigorosa que proíba comunicações de trabalho via aplicativos de mensagens fora do horário de expediente, com sanções administrativas para gestores que descumprirem.
54. **PROMOVER** para mulheres, população negra, juventude, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência; as políticas ativas de geração de trabalho e renda;
55. **APOIAR** a luta nacional pela Licença Maternidade de 180 dias para todas as mulheres dos setores públicos e privados, da cidade e do campo. Ampliar o tempo da licença paternidade que entrará em vigor;



56. **ELABORAR** um Projeto de Lei de licença compartilhada de 180 dias para a mãe e, na sequência, 180 dias para o pai, incluindo as uniões homoafetivas para ser apresentado às Câmaras Municipais;
57. **DEFENDER** a sustentabilidade da vida da população negra e das mulheres. Contra a violência racial e de gênero, por autonomia das mulheres e reparação histórica ao povo negro. Contra os racistas e machistas, pela sustentabilidade da vida da população negra e das mulheres;
58. **LUTAR** contra o racismo e genocídio da juventude negra, defender os direitos e liberdades das mulheres, erradicar o machismo e a LGBTfobia e garantir o direito à cidade, à saúde e à educação;
59. **LUTAR** pela adequação da linguagem de gênero e raça nas pesquisas sociais e institucionais;
60. **RECHAÇAR** propagandas que usam o corpo da mulher como mercadoria;
61. **OPORTUNIZAR** a criação de canais de denúncia contra os meios de comunicação que ridicularizam a imagem da mulher;
62. **DEBATER** os direitos sexuais e reprodutivos com os homens e mulheres dividindo igualmente a responsabilidade pela reprodução em nossa sociedade;
63. **PRESSIONAR** os governos municipais para que assumam o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e denunciar os números da violência contra as mulheres;
64. **LUTAR** para ampliar as redes de proteção às mulheres vítimas de violência, tráfico de mulheres e exploração sexual, criação de delegacias para mulheres, casas-abrigo e assistência social;
65. **INCENTIVAR** a denúncia do assédio sexual nos locais de trabalho e realizar campanhas de orientação e conscientização para combater essas práticas abusivas contra as mulheres;
66. **FORTALECER** a presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão. Debater e formular políticas públicas para o público gay, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (LGBT), apontando ações concretas na luta pela livre orientação sexual, envolvendo as instituições da sociedade civil e governamental na construção dessas políticas;



- 67.**LUTAR** contra o racismo e genocídio da juventude negra, por mais direitos e liberdades para as mulheres, pelo fim do machismo e homofobia, pelo direito à cidade, Saúde e Educação de Qualidade;
- 68.**COMBATER** a marginalização da juventude negra e pobre;
- 69.**AVANÇAR** em questões caras à juventude, como o direito à cidade por meio de políticas integradas nas áreas de educação, cultura e mobilidade urbana;
70. **PRESERVAR** e ampliar os espaços obtidos nos municípios, por meio de políticas voltadas para a igualdade de gênero, respeito à diversidade étnico-racial e de orientação sexual, promoção da acessibilidade e ampliação do direito à educação, entre outras;
- 71.**PROMOVER** o princípio do “trabalho igual, salário igual” (Convenção 100 da OIT). Combater a alta rotatividade de trabalho das mulheres, instituindo a licença parental para progenitores ou adotantes de forma compartilhada, além de assegurar creche e escolas públicas de qualidade em tempo integral;
- 72.**FORTALECER** ações de combate à violência contra a mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha e da Lei contra o Feminicídio;
- 73.**CONSTRUIR** a campanha mulheres vivas e respeitadas. Basta de epidemia de violência contra as mulheres;
- 74.**COMBATER** ao "Uberismo" no Serviço Público: Barrar a contratação de serviços públicos via aplicativos ou plataformas que desconsideram o vínculo empregatício e a responsabilidade do Estado com o/a servidor/a.

Eixo 5 - Formação política para disputar a consciência da classe e combater as práticas antissindicais:

- 75.**CONSTRUIR** juntamente com os sindicatos filiados uma política de financiamento sindical autônoma e independente;
- 76.**REAFIRMAR** a autonomia e independência da FETAMCE frente aos governos, partidos e gestões, defendendo de forma responsável e convicta a pauta de reivindicações dos trabalhadores e, desse modo, assegurar o caráter de classe da entidade e dos trabalhadores e trabalhadoras;
- 77.**PROMOVER** ações para ampliar a sindicalização de mulheres;



- 78.**CONSTRUIR**, através dos sindicatos, nos locais de trabalho, um programa de formação política na perspectiva de gênero, raça e classe para mulheres dirigentes sindicais;
- 79.**REALIZAR** formação política para a base e, em especial, as mulheres para preparar e qualificar a ação sindical feminina, com calendário fixo e material específico;
- 80.**APOIAR** e possibilitar que instrumentos de pesquisas cheguem na base dos servidores municipais, onde estes são objetos de estudo para traçar perfis de categorias para pesquisadores e instituições comprometidas com o desenvolvimento da ciência;
- 81.**Ampliar** a defesa da ciência brasileira, sobretudo o papel das mulheres;
- 82.**PRESSIONAR** para que o movimento sindical assuma essa luta contra o assédio moral e todas as formas de violência, como sendo de toda a classe trabalhadora, promovendo campanhas de conscientização e apoiando as lutas de prevenção e combate à violência, sobretudo, a violência contra as mulheres;
- 83.**LUTAR** contra a criminalização de professoras e professores de escolas públicas que tenham cargos de representação sindical;
84. **ESTRUTURAR** Comitês de Base por Local de Trabalho: Estruturar representantes sindicais em cada secretaria ou unidade de saúde/escola, descentralizando a luta Escola de Formação Política do/a Servidor/a: Ciclos de formação sobre Labor Sociology (Sociologia do Trabalho) e Direito Administrativo, capacitando a base para debater tecnicamente com os gestores;
- 85.**ORGANIZAR** a luta em defesa das PECs e Pls que estão no Congresso Nacional em defesa dos/as trabalhadores/as, em especial, a defesa do serviço público;
- 86.**REFORÇAR** a luta em defesa da negociação coletiva. Em um ano eleitoral, o foco do Congresso está no primeiro semestre. A pauta central é o **PL 1893/2026**, que busca regulamentar a **negociação coletiva no setor público**. Para os servidores municipais é imprescindível essa garantia da negociação das pautas dos servidores, independente da vontade do gestor de querer ou não negociar;
- 87.**ECOAR** a luta para barrar a **Reforma Administrativa**: Ainda paira como uma ameaça de precarização e fim da estabilidade, exigindo mobilização permanente das centrais sindicais.
- 88.**UNIR** forças na luta contra a escala 6x1. Essa bandeira é histórica e a classe trabalhadora não pode perder o tempo dessa luta;
- 89.**LUTAR** para não eleger um Congresso Nacional inimigo do/as trabalhadores/as;



90.**AMPLIAR** a escola de Formação da Fetamce para que a maioria dos/as dirigentes municipais tenham formação política-sindical à altura das necessidades da reorganização da classe trabalhadora;